GUIA DE AÇÕES PARA PARCERIAS INTERNACIONAIS COM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Caminhos decoloniais para contribuir no fortalecimento das populações amazônicas

Mary Lima

2025

Produto da dissertação de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, com o tema "*O legado colonial na cooperação internacional: Desafios e caminhos para parcerias com populações tradicionais na Amazônia*" de Mary Lúcia da Silva Ferreira Lima.

Índice

1 INTRODUÇÃO ---------- 3

2 ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA PARCERIAS INTERNACIONAIS HORIZONTAIS ---------- 5

2.1 ESTRATÉGIAS E AÇÕES GERAIS ---------- 6

2.2 RECOMENDAÇÕES PARA AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS ---------- 10

2.3 RECOMENDAÇÕES PARA AS COMUNIDADES -------- 15

3 POR QUE DECOLONIZAR? ---------- 17

4 COMO APLICAR AS PROPOSTAS DESTE GUIA? ---------- 21

5 SOBRE A AUTORA ---------- 23

6 FICHA TÉCNICA ---------- 24

7 DICAS DE PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA --- 25

1 Introdução

Como as parcerias entre instituições internacionais e organizações que representam comunidades tradicionais podem superar legados de poder e saber herdados da colonização?

Essa é uma questão discutida, hoje, em diversas partes do mundo, principalmente em países ex-colônias. Os modelos convencionais de cooperação estão em crise, e novas formas horizontais são urgentes ao questionarem regras e proporem novos olhares sobre a relação entre o Norte e o Sul Global, como os movimentos Shift The Power (Mudar o Poder ou Transferir o Poder) e RINGO – Reimagining the Role of Global Civil Society (Reimaginando o papel da sociedade civil global).

A proposta deste Guia é contribuir com este debate respondendo à questão de forma localizada, com foco em parcerias internacionais para projetos realizados na Amazônia com comunidades tradicionais, pois a região, por sua centralidade climática e diversidade sociocultural, oferece um campo crítico para observar e transformar essas relações. O Guia oferece sugestões de estratégias e ações para parcerias entre organizações internacionais e organizações das comunidades tradicionais, entre elas indígenas, quilombolas e extrativistas.

A publicação faz parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, realizada entre 2023 e 2025, com o tema "O legado colonial na cooperação internacional: Desafios e caminhos para parcerias com populações tradicionais na Amazônia". Seu objetivo foi compreender as tensões e as relações entre o conhecimento científico ocidental e o saber tradicional em projetos de cooperação internacional na Amazônia. Busquei analisar o encontro entre instituições do Norte e do Sul Global para identificar como o legado colonial ainda influencia os modos de operação das parcerias internacionais e compreender alguns aspectos coloniais ainda presentes e direcionadores das regras desse encontro.

A metodologia envolveu dois passos principais: leitura e análise de editais de organizações internacionais, ou com aporte financeiro internacional, entrevistas com técnicos dessas organizações e com lideranças comunitárias indígenas, quilombolas e extrativistas. A partir da pesquisa, foi elaborado este Guia, com a contribuição coletiva dos entrevistados e de profissionais atuantes em projetos sociais, como cientistas, advogados, sociólogos e jornalistas, além de representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros.

O propósito final deste Guia é provocar reflexões e ideias, possibilitando caminhos para transformar o modelo de doador/recebedor para uma relação possível e real de parceria.

2 Estratégias e ações para parcerias internacionais horizontais

"Imagino um mundo ideal em que essas desigualdades (provocadas pelo processo de colonização) sejam superadas, que as nossas comunidades possam ser valorizadas pelo seu conhecimento, pela sua cultura, sem imposições externas. Um projeto muito bom seria aquele que garantiria uma cooperação internacional justa, onde os fundos dedicados às comunidades indígenas fossem utilizados de forma participativa, transparente e que valorizasse o conhecimento local. Assim, a gente preservaria nossas florestas, nossa cultura, e enfrentaria as mudanças climáticas de maneira mais justa, com o protagonismo das comunidades."

Liderança indígena

As contribuições, dicas e reflexões sugeridas neste Guia foram divididas em três momentos: Estratégias e Ações Gerais, Recomendações para as Instituições Internacionais e Recomendações para as Comunidades.

2.1 Estratégias e Ações Gerais

Da tutela a autonomia

Para que se tenha mais equidade nas parcerias, é necessário transformar as práticas culturais e institucionais do setor, abandonando modelos paternalistas e hierárquicos. Os fundos e as organizações devem atuar como facilitadores e parceiros, promovendo uma relação de confiança e respeito.

Um dos desafios é também ampliar a participação das lideranças de base nos espaços de negociação e de decisão, nos quais são decididos os projetos, temas e agenda, que muitas vezes não são aderentes à realidade das comunidades. Quanto mais as lideranças participarem de espaço nos quais são decididos o destino de recursos que impactam no futuro das comunidades que representam, mais o projeto promove transformações conectadas com sua cultura, anseios e necessidades.

A parceria ideal de cooperação internacional deve ser aquela que reconhece a historicidade, a colonialidade dessas relações e busca promover uma troca realmente equitativa, em que as comunidades tenham poder de decisão e autonomia real. Isso envolve redefinir os modelos de financiamento, avaliação e monitoramento, para que esses processos sejam mais participativos e menos burocráticos, garantindo processos justos e transparentes.

Troca de conhecimentos

Ter uma troca verdadeira de conhecimentos, uma compreensão mútua de valores, processos e cultura entre as instituições promove uma via de mão dupla, uma parceria mais horizontal.

Os recursos das instituições parceiras, internacionais e locais, tanto os recursos materiais quanto os imateriais, são considerados na construção da parceria. Isso pode quebrar a lógica assistencialista, da instituição a ser vista como "salvadora", e se aproxima de um processo de parceria, no qual as trocas estão presentes em todo o processo. Isso impacta no posicionamento e comprometimento dos envolvidos e se aproxima de um processo que promove mais autonomia do que tutela.

Parceria internacional que respeite a autonomia dos povos

É preciso promover processos de empoderamento, valorizando a expressão das próprias comunidades, suas formas de organização e seus saberes tradicionais, para que possam decidir de forma autônoma e compartilhada. Cabe ressaltar que esse fortalecimento não ocorre de um dia para o outro, mas é uma construção gradual, que exige paciência, diálogo, capacitação e, sobretudo, respeito às suas formas culturais e sociais.

O fundo internacional deve atuar como um facilitador, um parceiro que investe na formação de capacidades das comunidades, apoia estratégias de resistência, valoriza os saberes tradicionais e cria mecanismos de financiamento direto, com processos administrativos simples, acessíveis e de baixo custo.

Mostra-se primordial garantir que o recurso financeiro chegue efetivamente às mãos das comunidades, sem passar por intermediários que costumam concentrar o poder e o recurso.

Criar redes de diálogo

Há a necessidade de criar redes de diálogo e intercâmbio entre as comunidades, para que possam aprender umas com as outras e fortalecer seu protagonismo.

É uma oportunidade de criar coletivamente novos caminhos e soluções para desafios comuns.

Aplicar metodologias próprias de aprendizagem

Revela-se crucial entender qual metodologia de aprendizagem funciona melhor para as comunidades e a mais adaptável às suas realidades. As comunidades e grupos precisam se posicionar e reivindicar o melhor tipo de abordagem.

Pensar em novos modelos de financiamento

Deve ser feita uma revisão profunda das estruturas de financiamento e a implementação de processos de avaliação que priorizem resultados de fortalecimento e autonomia, e não apenas métricas tradicionais de produtividade. Nesse sentido, é essencial elaborar uma estratégia para tornar os processos mais acessíveis, sem perder a fiscalização e o controle que o financiamento exige.

2.2 Recomendações para as instituições internacionais

"A participação da comunidade na construção do projeto, na negociação direta com o financiador, é fundamental. Porque, apesar de essas instituições conhecerem um pouco o território, elas não têm a vivência e o conhecimento local tão profundos quanto quem vive ali. Saber o que realmente funciona, o que é preciso adaptar para melhorar de verdade só quem está na ponta é que vai saber. Isso é uma perspectiva correta e que potencializa a efetividade dessas ações."

Liderança extrativista

Valorizar os conhecimentos, modos de vida e cosmovisão das comunidades

Demonstra-se imprescindível que os fundos tenham uma estrutura flexível, que suporte a diversidade cultural e seja capaz de escutar e adaptar-se às realidades locais. O conhecimento local é vital. O papel das instituições é escutar as demandas, validá-las com as comunidades e, a partir daí, construir as bases para a elaboração dos projetos, ou seja, traduzir esse conhecimento para editais, chamadas, contratos, prestação de contas, entre outras etapas.

Respeitar a diversidade

Cada bioma, cada cultura, cada grupo tem suas próprias dinâmicas, saberes e formas de organização. O importante é garantir o protagonismo dessas comunidades, promovendo um relacionamento de parceria, respeito e confiança.

Criar novos mecanismos de financiamento

É necessário que os fundos estejam dispostos a abrir mão do controle central e criem mecanismos de financiamento direto, de baixo custo, para as comunidades. É fundamental haver a compreensão de que o fortalecimento institucional e o respeito às formas de organização locais são essenciais para o sucesso desse modelo.

Democratizar os recursos, ampliar a base de apoio e reconhecer o potencial de todas as comunidades

Torna-se fundamental mudar o paradigma de que só alguns poucos grupos conseguem acessar recursos financeiros, e que isso resolve o problema. O que funciona de verdade é chegar a todos, colocar o dinheiro, o apoio e o conhecimento na ponta, onde as comunidades estão. Isso significa ampliar para milhares de grupos, e não poucos. Essa mudança só acontece se os fundos internacionais apoiarem essa visão de democratização de recursos, com passos claros, apoios descentralizados e um compromisso de longo prazo.

Configura-se como primordial que os recursos públicos, filantrópicos e internacionais estejam dispostos a fazer esse movimento de democratização. Acreditar na capacidade das comunidades é o primeiro passo.

Outro passo é garantir que as comunidades tenham acesso direto aos recursos, com autonomia. Isso é o que fará a diferença de verdade na proteção da floresta, na luta contra as mudanças climáticas e na preservação de identidades e territórios. Os recursos devem chegar direto às comunidades, promovendo sua autodeterminação.

Tecnologias próprias

As mudanças climáticas exigem soluções específicas que permeiam vários setores da sociedade e diferentes populações. As comunidades tradicionais detêm conhecimentos e tecnologias próprias e são responsáveis por manter seus territórios preservados – sabe-se que a floresta se encontra mais protegida e menos devastada em Terras Indígenas. No encontro de modelos diversos de pensamento, visões e intenções, bem como de práticas de desenvolvimento econômico, instituições se unem, com seus diferentes papéis, para a busca de soluções com um objetivo comum.

Repensar as estruturas e formas de financiamento

Deve-se repensar toda a estrutura de avaliação, prestação de contas e formas de financiamento. Os protocolos atuais muitas vezes não favorecem ou dificultam o relacionamento direto. É essencial criar mecanismos mais ágeis, mais simples, que possam garantir celeridade e transparência e promovam a autonomia de fato.

Elaborar editais aderentes à realidade

Os editais poderiam estar mais próximos das realidades das comunidades, com uma elaboração mais participativa, na qual as instituições financiadoras pudessem visitar as comunidades, conhecer, entender o contexto e dar seguimento ao que é feito de forma mais flexível e dialogada.

Editais que possam incentivar uma formação adequada, apoiar a gestão e valorizar o saber local, a cultura e o modo de organização dessas comunidades.

É importante ter diferentes editais para cada tipo de organização. Um edital direcionado a grandes instituições pode inviabilizar a concorrência de uma organização com pequena estrutura.

Os prazos dos editais poderiam ser mais longos. Muitas vezes é preciso tempo para mobilizar os membros da comunidade para participarem da elaboração do edital.

Vínculos e parcerias

Um mundo ideal de cooperação internacional decolonial deve partir de uma lógica de respeito mútuo, onde as comunidades sejam protagonistas e não apenas receptoras de recursos ou projetos. Que os financiadores e instituições possam estabelecer vínculos mais duradouros, com maior autonomia e liberdade para as comunidades escolherem suas prioridades, sem a imposição de modelos que não cabem na cultura local.

Considerar a importância da comunicação oral para a gestão e acompanhamento de projetos. Criar canais de comunicação permanentes, como grupos de WhatsApp, utilizar mais mensagens de áudio e vídeo, para manter o contato constantemente, mesmo fora das reuniões presenciais. Isso ajuda a criar uma rede de apoio, de troca de experiências e de resolução de problemas quase em tempo real.

A construção de vínculo com as comunidades e a realização de projetos mais longos podem trazer melhores resultados na comunicação, gestão e na troca de conhecimentos.

Ter equipes multirraciais e locais

Equipes diversas, com profissionais de diferentes origens, oriundos dos povos e comunidade, com experiência em projetos operacionais e com órgãos governamentais, ajudam a ter uma compreensão da realidade local e a capacidade de análise da viabilidade dos projetos.

Melhor ainda se esses profissionais conhecerem as particularidades da região. Eles estarão mais próximos às realidades locais, fazendo a diferença em todo o processo da parceria. Otimizam os recursos e têm mais facilidade de comunicação com a comunidade.

2.3 Recomendações para as comunidades

"Entrar de cabeça num encontro com um doador, sabendo que eles têm o dinheiro e potencialmente vão ouvir, exige uma estratégia. Pontuar etapas importantes, mostrar que a gestão está em desenvolvimento, convencer que eles precisam melhorar sua interação e processos internos — tudo isso é fundamental, sem jamais se colocar numa posição de submissão, mas de maneira estratégica e progressiva."

Gestora de projeto de uma instituição internacional

Fortalecimento institucional

As organizações precisam fortalecer sua governança, suas lideranças, os processos internos, registros, gestão financeira e elaboração de projetos para ampliar sua autonomia e efetividade. Buscar conhecer seus limites e potencialidades.

Estratégias de negociação

É preciso desenvolver habilidades e estratégias de negociação para que seja possível acessar os recursos de forma mais efetiva, sem submeter-se ou perder protagonismo. Buscar compreender os requisitos exigidos pelas organizações financiadoras.

Mapear habilidades

Entender melhor os perfis dentro da comunidade ajuda na hora dividir as tarefas. Por exemplo, os jovens costumam ter mais facilidade com tecnologia e computadores; as mulheres geralmente são mais organizadas, com habilidades de manter registros e administrar as movimentações. Também é crucial entender o que ainda não conseguem fazer sozinhos e trazer alguém externo para mentorar, ensinar ou ajudar na gestão até a equipe estar autônoma para gerenciar todo o processo.

Ter uma gestão coletiva e estruturada

Centralizar a tomada de decisão de uma organização em uma só pessoa ou em um pequeno grupo pode dificultar na relação com o doador. Geralmente esse pequeno grupo também cuida da gestão do projeto e de outras demandas. Quanto mais coletiva for a gestão, melhor o diálogo com o doador.

Importante: esse grupo deve ser capacitado para fortalecer a organização. Ter núcleos preparados para elaborar projetos e fazer a gestão a gestão, faz a diferença. Para isso, às vezes, é necessário deixar de lado egos e disputas internas e ser mais categórico na escolha dessas pessoas.

Incluir novas lideranças

Fortalecer lideranças femininas e lideranças jovens para atuar na gestão da instituição é trazer diferentes perfis, olhares e habilidades para compor as equipes da instituição.

3 Por que decolonizar?

"Eu acho que um mundo ideal de cooperação internacional decolonial deve partir de uma lógica de respeito mútuo, onde as comunidades sejam protagonistas e não apenas receptoras de recursos ou projetos."

Liderança quilombola

Apesar de alguns países não serem mais colônias, a influência do processo de colonização ainda está presente em diversos aspectos, setores e modos de vida. A tentativa de homogeneização e universalização de uma única visão de mundo trouxe a subjugação de várias culturas originárias, provocando, entre outros resultados, a hierarquização das raças e do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a colonização provocou um processo de resistência, adaptação e aculturação para sobrevivência de povos e grupos minorizados.

A colonização também criou a categoria colono e colonizado, e definiu papel e níveis de poder. Esses papéis ainda se perpetuam, com diferentes formatos e nomes, incorporados na narrativa ocidental e na estrutura que a sustenta. Comunidades acabam sendo vistas como 'beneficiárias' ou 'recipientes técnicos', enquanto atores externos, como consultorias, ONGs internacionais ou técnicos intermediários assumem o papel de "implementadores" e decisores de fato.

Mas quando se fala dos resquícios do pensamento colonial, olhamos também o sistema e como se conecta. Por exemplo, se comunidades amazônicas são invisibilizadas em diagnósticos estaduais/federais, isso se reflete quando agências internacionais pedem dados oficiais ou estatísticas como base para a cooperação. Na prática, a ausência nos cadastros nacionais é sentida também nos sistemas internacionais. Parte de uma estrutura colonial externa coadunando com uma estrutura interna. A marginalização histórica das comunidades na esfera estatal se reproduz na cooperação internacional, que se apoia em diagnósticos oficiais e tende a reforçar essas exclusões.

A invisibilidade administrativa funciona como uma colonialidade interna. Centraliza decisões, define quem é "sujeito válido" e quem é descartável. A cooperação internacional que não reconhece essas camadas de colonialidade corre o risco de apenas reforçar a exclusão histórica.

Duplo desafio

Um dos resultados do trabalho foi identificar que havia um esforço de algumas instituições em tornar os editais mais acessíveis e inclusivos. Porém, ainda há um grande desafio: deixar os processos menos burocráticos para democratizar o repasse dos recursos. Para as instituições que representam as comunidades tradicionais ainda é um entrave. Já para as organizações internacionais é igualmente um desafio, pois precisariam, ao mesmo tempo, adaptar as exigências à realidade local e prestar contas aos doadores dos recursos.

Outro ponto a ser destacado é a necessidade de ter instituições intermediárias, citadas por alguns entrevistados como “barriga de aluguel”, entre a organização local e a internacional, especialmente no que diz respeito à gestão de recursos. Algumas instituições estão criando seu próprio fundo para garantir mais autonomia na utilização e gestão direta dos recursos. Ou seja, caminhando da tutela em direção à autonomia.

Por outro lado, há um movimento de busca de autonomia nas comunidades tradicionais e questionamentos sobre os mecanismos de tutela e de pensamento unilateral presentes nas cooperações internacionais.

A pesquisa mostrou um ponto cego nas relações de aprendizado e troca entre as instituições doadoras e as comunidades. Apesar do esforço de tornar os processos mais inclusivos e decoloniais, buscar conhecer a comunidade e considerar seus saberes, havia um limite de aprendizado dessas organizações. Os diagnósticos e a experiência adquiridos nos projetos ajudaram a desenhar melhor os processos e os editais, mas não impactaram no modo estrutural de como essas instituições pensam e operam. Em sua essência, as instituições internacionais e nacionais que operam os recursos internacionais, impactam o modo de vida e de gestão das comunidades, mas não são impactadas por elas, nem os doadores ou os contribuintes de onde se originam os recursos.

Esse ponto cego mostra como a hierarquização e a valorização do conhecimento de algumas culturas em detrimento de outras impõe-se e influencia relações e dinâmicas, mesmo em processos de parceria que beneficiam essas comunidades. A lógica colonial ainda está presente e obriga as comunidades a adaptarem-se ao modelo ocidental, muitas vezes extremamente oposto ao seu, sem que haja reciprocidade nesse processo.

4. Como aplicar as propostas deste guia?

A primeira dica é refletir sobre as propostas do Guia e compreender o que se aplica ou não na sua instituição. Entender que são algumas observações e ideias com o propósito de serem um ponto de partida para novas reflexões e ações.

- Discuta o guia na sua organização e veja o que faz sentido ou não. É um guia para ajudar a fazer o planejamento anual ou os momentos de avaliação da instituição.

- Ao escrever editais, considere os aspectos levantados neste guia para produzir um edital o mais acessível possível, considerando a realidade local e a proposta de democratização dos recursos.

- Você pode utilizar este guia na definição das premissas de parceria na sua instituição ou na construção de protocolos ou recomendações.

- Você também pode divulgar o guia para outras instituições e colegas que atuam com o tema.

Estas são algumas sugestões para aplicação deste Guia. O mais importante é revisar a forma como sua instituição atua nos projetos de cooperação internacional e quais são os impactos desse projeto no fortalecimento e na autonomia real das comunidades.

Este Guia pretende ser um ponto de partida para rever modos de pensar, posturas e posicionamentos, que, mesmo sem perceber, reproduzimos como o legado colonial ainda presente na nossa sociedade.

5 Sobre a autora

Mary Lima

Comunicóloga Social pela UFPA - Universidade Federal do Pará , Especialista em Educação de Adultos, pelo IFSP -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV- Fundação Getúlio Vargas.

Atua na área socioambiental ha mais de 20 anos com temas como sociodiversidade, decolonialidade e interculturalidade.

Fundadora da Círculo D Socioambiental, é facilitadora e gestora de projetos e trabalha com metodologias que promovam diálogos entre diferentes culturas e modos de vida.

Realiza projetos com comunidades tradicionais e povos indigenas e com instituições internacionais especialmente na Amazônia.

contatos:
marylima@circulodconsultoria.com
www.circulodconsultoria.com

6 Ficha Técnica

Edição e Texto Final

Mary Lima

Edição

Dênio Maués

Revisão

Alana Vellasco

Colaboradores do guia

Erica Monteiro - Malungu- Coordenação das Associações Quilombolas do Pará
Katia Maia - Socióloga e consultora
Lucas Renier Freitas dos Anjos - Amazon Investor Coalition
Luisa Fernanda Durán Montes - Trias ONG
Maria Amália Souza - Fundo Casa Socioambiental
Matheus Silva - CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Panape Apalai Waiana - Fundo Pakará
Paulo Celso de Oliveira Pankararu - Advogado indígena e consultor.

GUIA DE AÇÕES PARA PARCERIAS INTERNACIONAIS COM POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS Caminhos decoloniais para contribuir no fortalecimento das populações amazônicas © 2025 por Mary Lima é licenciado sob Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International. Para visualizar uma cópia desta licença, visite https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

6 Dicas de publicações sobre o tema

- FLORES, Kelly Saavedra. Decolonizando La Cooperacion Internacional. Acapacá. 2025. Disponível em: https://www.acapaca.org/wp-content/uploads/2025/09/Herramienta-Kelly-2.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.
- GIBSON, Cynthia. Deciding Together: Shifting Power and Resources Through Participatory Grantmaking. Foundation Center, 2018. Disponível em: https://www.issuelab.org/resources/32988/32988.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.
- HOPSTEIN, Graciela; RIBEIRO, Mônica C. Filantropia que transforma: mapeamento de organizações independentes doadoras para a sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil. [S. l.], Rede Comuá; ponteAponte, 1. ed., ago. 2023. 320 p. Disponível em: https://conjunta.org/wp-content/uploads/2023/09/REDE-COMUA_Filantropia-que-transforma.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.
- PANKARARU, Paulo Celso Oliveira (org.). Fortalecimento dos povos e organizações indígenas. São Paulo: FGV Direito SP, 2019. 88 p. Disponível em:
- https://repositorio.fgv.br/items/37f12700-f210-4e64-8e86-796f44763054. Acesso em: 05 out. 2025.
- PAPPIANI, Angela; ORPHEO, Cristina; SOUZA, Maria Amália. Apoiando soluções a partir das tradições: Democratizando o acesso aos recursos da filantropia para os povos indígenas no Brasil. Juquitiba: Fundo Casa Socioambiental, 2024. E-book. Disponível em: https://casa.org.br/wp-content/uploads/2025/06/portugues-fundo-casa-apoiando-solucoes-a-partir-das-tradicoes.pdf. Acesso em: 05 out. 2025.

Baixe o guia aqui: